

## 13ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

# HISTÓRIA

### PENA DE MORTE NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO COLONIAL (1750-1822): O ESPETÁCULO DA EXECUÇÃO, RITUAL E LEGISLAÇÃO

<sup>1</sup> Bárbara Alves Benevides (IC- CNPQ); <sup>1</sup> Cláudia Rodrigues (orientador).

1- Departamento de História; Escola de História; Centro de Ciências Humanas e Sociais; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Apoio Financeiro: CNPQ.

Palavras-chave: execuções; pena de morte; legislação.

#### INTRODUÇÃO

O trabalho em questão vinculado ao projeto de pesquisa: As reformas pombalinas e a prática testamentária no Rio de Janeiro (1750-1822), sob orientação e coordenação da Profª Drª Cláudia Rodrigues, no qual minha atuação tem sido voltada para a transcrição de registros paroquiais de óbito, e sua inserção no bando de dados, dos livros AP0159 (1812-1819) e AP0160 (1812-1824) da freguesia de Santíssimo Sacramento da Antiga Sé, do Rio de Janeiro, óbitos junto ao Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. Em meio aos registros coletados, foi encontrado um registro de óbito que tem como causa da morte uma execução. Tratou-se do registro de Paulo, homem preto de nação congo, escravo de Manoel Thome. O registro data de 12 de janeiro de 1806, o dito escravo teria sido executado por João Coelho Marinho, foi encomendado, e sepultado na Igreja de Santa Efigênia, sendo amortalhado em hábito preto. Ao encontrar este registro, questionamentos foram formulados acerca deste tipo de morte específica, o que deu origem ao presente trabalho. Neste sentido, uma bibliografia foi levantada com o intuito de entender melhor essa forma de morrer e paralelamente compor um panorama geral das execuções de pena de morte na cidade do Rio de Janeiro colonial, atentando para seu ritual, sua legislação, personagens envolvidos e etc., com o intuito de contribuir para o enriquecimento da pesquisa e vislumbrar uma discussão mais abrangente sobre um tema ainda pouco explorado.

#### OBJETIVO

A partir da análise das informações do banco de dados de óbitos da pesquisa principal, procurei direcionar o olhar para a investigação específica das atitudes perante a morte ocorrida por execução da justiça para os presos condenados à pena de morte. Assim, possibilitando ter acesso a mais informações, que juntamente com a bibliografia referente ao tema vão contribuir para a montagem de um cenário geral de tal situação pela análise do ritual em torno da execução; das etapas da execução da pena até o patíbulo; sua geografia (os espaços da cidade destinados à cadeia, à força, à sepultura dos condenados e etc.); de seus “agentes sociais” (os carrascos e seus ajudantes, os sacerdotes, os irmãos da Santa Casa de Misericórdia, meirinhos e etc.); das atitudes populares perante tal evento; da legislação secular e eclesiástica e sua aplicação direcionada a tal pena. Busca-se compreender, portanto, o contexto em torno das mortes por execução e como ela era vivenciada na cidade do Rio de Janeiro colonial.

#### METODOLOGIA

Localizar no banco de dados de óbitos (ainda em construção) os registros que possuem referência direta ou indireta a morte por execução (dados pessoais relativos ao executado: nome, local de residência, sexo, origem, cor, condição social, idade; informações sobre os agentes em torno da execução: carrasco, sacerdote penitenciário, etc; dados relativos ao ritual fúnebre: sacramentos, mortalha e local de sepultamento). Visando complementar os dados obtidos, com informações fornecidas pela bibliografia sobre: a pena de morte - e a transformação de seu entendimento e aplicação ao longo do tempo -; o contexto no qual está inserido do Brasil colonial; o aspecto legal deste modo de morrer - recorrendo as Ordenações Filipinas (que de acordo com Gislene Pereira constituíram a base da legislação no Brasil Colônia, sendo substituídas somente pelos Códigos Civil e Penal da República em 1916), as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (publicadas em 1707, como afirma Ana Palmira Bittencourt refletia a teologia moral em vigor e sintetizava as ideologias religiosas reinantes), e os autores Arno Wehling, Agenor Ribeiro e Manoel Barros da Motta. Aprofundaremos o conhecimento obtido sobre o papel a Santa Casa de Misericórdia, por conta da observação de sua posição de destaque no tratamento dos justicados antes, durante e após as execuções; os costumes e legislações portuguesas no que consiste a pena de morte e como elas influenciaram esse modo de morrer no Rio de Janeiro Colonial, com Guilherme Braga da Cruz, Manoel Barros da Motta e Antonio Manoel Espanha. Esse material será ainda relacionado com os relatos de memorialista e viajantes, como Vieira Fazenda, Mello Morais, Debret e etc., que expõem uma visão sobre a execução da mencionada pena.

#### RESULTADOS

Os resultados preliminares mostram que a pena de morte era raramente aplicada, no Rio de Janeiro colonial. Dentre os motivos que justificam essa afirmativa se encontra uma legislação que, apesar de ser dura em relação à punição de diversos crimes, atenuava a aplicação de suas penas a certos tipos de pessoas de acordo com o papel que ocupavam na sociedade - o que explica também o fato de a maior parte dos condenados serem escravos e as chamadas pessoas de menos importância. Além disso, pode-se perceber que a comutação da pena era muitas vezes utilizada pelo rei de Portugal em todo o seu reino, característica do tipo de modelo monárquico do Antigo Regime. O monarca mostrava sua força, mas ao mesmo tempo utilizava sua capacidade de perdoar, agindo de forma coativa e paternal. Visto isso, nota-se também que as execuções eram realizadas como espetáculos que tinham como objetivo reafirmar o poder do soberano. Eram ocasiões que necessitavam da presença do público, e exerciam atração sobre grande parte da população, que era levada às ruas para assisti-las ou ainda às janelas das casas. Muitos

### 13ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

acompanhavam todo o trajeto do condenado desde sua saída da cadeia até o seu destino final, quando vivo, o patíbulo. Além da articulação de um esboço dos “últimos passos” do condenado – o que deveria fazer antes da execução, os lugares onde passava a procissão saindo da cadeia e terminando no patíbulo e etc –, foi possível também perceber a presença ativa da Santa Casa de Misericórdia em diversas etapas do procedimento, sendo seus irmãos responsáveis pela vestimenta do padecente, suas confissões, últimos desejos, seu sepultamento e a realização de missas pela alma; e a dificuldade em ter quem o ocupasse o cargo de carrasco, que era exercido muitas vezes por presos condenados a pena última e que, ainda assim, precisavam se deslocar por diversas províncias para realizar as execuções. Dando continuidade à pesquisa, pretende-se aprofundar a investigação sobre: a pena capital no âmbito da justiça eclesiástica; o ritual da pena de morte; o papel desenvolvido pela Santa Casa de Misericórdia no dito contexto; as vivências/reações sociais/populares perante esse tipo de morte específica.

#### CONCLUSÃO

A presente pesquisa busca continuar investigando sobre a morte por execução da justiça, tipo específico ainda pouco explorado pela historiografia da morte no Brasil. Para tal, procura relacionar os resultados previamente obtidos que se referem ao ritual da execução dos condenados e complementá-los com informações de âmbito legal (secular e eclesiástico), esclarecendo sobre a quais crimes eram destinados a tal punição – homicídio, roubo, traição; morte natural, natural para sempre, atroz, cruel –, quais eram os profissionais envolvidos e quais eram as atribuições destinadas a cada um – meirinho, carrasco, pregoeiro, capelão, sacerdotes, irmãos da Santa Casa e etc.

#### REFERÊNCIAS

- ALAM, Caiua Cardoso. A Negra Forca da Princesa: polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857). 2007. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos.
- BARROSO, Gustavo. O Livro dos Enforcados. São Paulo: Editora ABC, 1939.
- BECCARIA, Cesare. Dos delitos e das penas. Ed. Especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
- CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia: educação, lei, ordem e justiça no Brasil colonial. Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos\\_pdf/Ana\\_Palmira\\_Casimiro1\\_artigo.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Ana_Palmira_Casimiro1_artigo.pdf)>. Acesso em 02 de julho de 2013.
- CRUZ, Guilherme Braga da. O Movimento Abolicionista e a Abolição da Pena de Morte em Portugal. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1967. 423-557p.
- DELARUE, Jacques. A profissão do carrasco. Editora Livros do Brasil, 1981.
- ET CHEVERRIA, Marcelo da Silva. Rua da Praia ou da Morte? A Pena de Morte e a sua Representação na Porto Alegre do Século XIX (1818-1857). 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- FAZENDA, Vieira. Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Revista do IHGB, tomo 86, vol 140, 1921.
- \_\_\_\_\_. Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Revista do IHGB, tomo 95, vol 149, 1943.
- FOUCAULT, Michel. “Direito de morte e poder sobre a vida” in: História da Sexualidade I: a vontade do saber. Rio de Janeiro: Graal, 2007.
- FOUCAULT, M. Vigiar e punir. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p
- ELEUTÉRIO, Victor L. O último carrasco em Portugal, s/d (pp. soltas)
- LARA, S. H. (Org.). Ordenações Filipinas, Livro V. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. v. 1. 512 p.
- LARA, S. H. Campos da Violência. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- LARA, Silvia Hunold. Fragmentos Setecentistas – Escravidão, cultura e poder na América. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 430p.
- LECHERBONNIER, Bernard. Carrascos de Paris: A Dinastia dos Sanson. São Paulo: Editora Mercurio, 1991.
- LIMA, Hermeto. Os Crimes célebres do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Empresa de Romance, 1921.
- FREIRE, Paschoal J. de Melo. Instituições de direito civil lusitano público e privado. 5ª Ed. Coimbra: Editora da Universidade de Coimbra, 1859.
- MENDES DE ALMEIDA, C. Código Filipino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal. Quinto Livro. 14ª Edição. Brasília: Senado Federal, 2004. (Edições do Senado Federal – Vol. 38-D).
- MORAES FILHO, M. Festas e tradições populares no Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.
- MOTTA, Manoel Barros da. Crítica da razão punitiva: nascimento da prisão no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- OUGUELA, Visconde. O último carrasco. Livraria da Antônio Maria Pereira. Editores, 1897.
- PEREIRA, Gislene. Das fintas ao tributo: a trajetória da Contribuição de Melhoria no Brasil. urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana, Dez 2012, vol.4, no.2, p.207-213.
- REIS, J. J. A Morte é uma Festa. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- RIBEIRO, Agenor. Pena de morte no Brasil: tese apresentada em 1974. Rio de Janeiro: Ferreira Studio, 2003.
- RIBEIRO, João Luiz de Araujo. A lei de 10 de junho de 1835: os escravos e a pena de morte no Império do Brasil. 2000. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. Fidalgos e Filantropo: A Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1968.
- WEHLING, Arno; WEHLING, Maria :José. Direito e justiça no Brasil: o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751-1808). Rio de Janeiro: Renovar, 2004.
- VIDE, D. Sebastião Monteiro da. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Edições do Senado Vol. 79. Brasília. Editora do Senado Federal, 2007.